

EDITAL

CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 002/2018



NOVO SISTEMA DE TRANSPORTE COLETIVO DE PASSAGEIROS MENDES/RJ

ANEXO XIII

Estimativa do impacto orçamentário-financeiro, nos casos e na forma prevista no art. 16, inciso I, da Lei Complementar nº 101/00.

ANEXO XIII
EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA 002/2018

DECLARAÇÃO DE GERAÇÃO DE DESPESA PÚBLICA

IMPACTO ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO

(Art. 16, I, §§ 2º e 4º, da Lei de Responsabilidade Fiscal)

Processo Administrativo nº 082/2017
Processo Administrativo nº 7.185/2018

Declaro, para os devidos fins e efeitos de direito, em especial para fazer prova perante o Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro – TCE-RJ, que inexistirá impacto orçamentário - financeiro na geração de despesa pública decorrente do pagamento do valor mensal do subsídio financeiro para custeio do sistema de transporte coletivo público regular de passageiros (Lei Municipal nº 1878/2017) e, ainda, em virtude da indicação da fonte de custeio para satisfação do pagamento de cartões escolares (art. 1º, § 2º, da Lei nº 1.169/2007), bem como decorrente de gratuidades concernentes a Lei Municipal nº 2.066/2020, obrigações exigíveis para a homologação e adjudicação da licitação instaurada, na modalidade concorrência pública, coletada pela ordem de série anual nº 002/2018, estando em conformidade com as disposições exigidas pelo artigo 16, inciso I, §§ 2º e 4º da Lei Complementar Nacional nº 101 de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), **especialmente pela natureza essencial e ininterrupta da prestação de serviços com transporte público**, adotando como premissa o fato de conter o **Orçamento-Programa do Exercício de 2020** e a previsão de recursos orçamentários destinados ao objeto da concessão em questão, cujos dispêndios correrão à conta dos recursos abaixo indicados: (Órgão: 02.00. Prefeitura de Mendes. Unidade: 02.12. Secretaria de Educação e Cultura. Projeto/Atividade: 2.028. Ensino Fundamental - Transporte. Natureza da Despesa 3.3.90.39.99.99.00.00.0000), podendo ser incluídas novas rubricas na constância da contratação, mediante apostilamento, ressaltando que as despesas para custeio de gratuidades, pelo ente público, para benefício de pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida e, ainda, para pessoas portadoras de doenças crônicas, regidas as concessões pela Lei Municipal nº 2.066/2020, observará a abertura de crédito adicional suplementar ou especial, conforme o caso.

Por ser verdade firmo a presente declaração.

Mendes – RJ, 31 de julho de 2020.

ROGERIO RIENTE
Prefeito